

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Estampa, 1995. 280 p. (História de Portugal, 14).

*André Figueiredo Rodrigues**

A presente obra se compõe de pesquisas que abordam as relações existentes no período colonial entre Portugal e o Brasil. Tais estudos têm como tema as manifestações políticas, culturais e religiosas trazidas pelos portugueses para a *terra brasilis*, discutidos no Colóquio Internacional de Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz: Confrontos, Mutações, Sobrevivência, realizado na cidade de Lisboa e promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian, no mês de novembro de 1994.

Buscando construir uma história comparativa entre valores culturais dos dois países, através de análises antropológicas e históricas, a obra, norteada por rigoroso plano, está dividida em três partes.

A primeira, "Portugueses e índios", trata da política indigenista em território brasileiro. Ao adentrar tal questão, esta antologia traz contribuições importantes para o entendimento das reivindicações dos colonos e das exigências dos jesuítas para a domesticação e a educação dos índios, como uma estratégia de adestramento civilizacional. Nessa linha, estão os artigos de Filipe Nunes de Carvalho, "Antroponímia, aculturação e estatuto dos escravos nos primórdios do Brasil"; de Ângela Domingues, "A educação dos meninos índios do Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII"; e, de Maria Helena Ochi Flexor,

* Graduando em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

“Núcleos urbanos planejados do século XVIII e a estratégia de civilização dos índios do Brasil.”

Ainda com relação à evangelização dos índios em terras brasileiras, à companhia de Jesus, sua atuação e seus conflitos com a Coroa portuguesa no período pombalino, é a análise feita por Jorge Couto em “O poder temporal nas aldeias de índios do Estado de Grão-Pará e Maranhão no período pombalino: foco de conflitos entre os jesuítas e a Coroa (1751-1759)”.

A relação existente entre as crenças religiosas da população baiana, especificamente o movimento milenarista chamado “Santidade”, e a religião católica imposta pela Metrópole é o tema abordado por Alida C. Metcalf, no ensaio intitulado “Os limites da troca cultural: o culto da Santidade no Brasil Colonial.”

A religiosidade é fundamental para a compreensão da história do Brasil e, para tanto, é tratada na segunda parte – “Cultura religiosa”. Desde o início da colonização, as práticas e os sentimentos religiosos dos colonos não constituíam simples tradição ou repetição das práticas portuguesas. Na realidade colonial, a vida de um homem, sua fé, suas crenças e sua religiosidade estavam de acordo com a sua experiência social. Portanto, o branco, o negro e o mulato, não importando a hierarquia social, ligavam-se a práticas religiosas determinantes de seus estados espiritual e material. Nesse sentido, não podemos nos esquecer da influência africana presente em muitos rituais do cotidiano. Os estudos de Marianne L. Wiesebron, “Confrontos durante a ocupação holandesa no Brasil”; de Cecília M. Westphalen e Altiya P. Balhana, “Irmandades religiosas de Paranaguá no século XVIII”; de Donald Ramos, “*A Voz Popular* e a cultura popular no Brasil do século XVIII”; e o de Guilherme Pereira das Neves, “Entre o trono e o altar: a Mesa de Consciência e Ordens e o papel da religião no Brasil: 1808-1828” vão por esse caminho.

Ainda nessa parte, Leila Mezan Algranti demonstra o ambiente místico e religioso que cercava os claustros femininos – conventos e casas de recolhimentos –, procurando demonstrar as ligações existentes entre as mulheres reclusas e o ambiente a que estavam submetidas, através de suas normas, conflitos e contradições. Portanto, o texto “Os livros de devoção e a religião perfeita (normatização e práticas religiosas nos recolhimentos femininos do Brasil Colonial)” constrói uma

representação religiosa e social do claustro. Dentro da complexa rede religiosa existente no período colonial brasileiro, David Higgs, em seu texto “Linguagem perigosa e a defesa da religião no Brasil na segunda metade do século XVIII”, centra sua preocupação no delineamento do controle social feito pelo sistema inquisitorial no final do século XVIII. A partir de duas denúncias, o autor afirma que existiu um controle misto, tanto laico quanto clerical. Para comprovar as suas hipóteses, recorre a denúncias feitas na cidade do Rio de Janeiro, a primeira contra Antônio Rodrigues Martins Lopes e, a segunda contra João Luís de Sousa Saião, residente na cidade de Mariana. Esses casos ilustram de forma discrepante a ortodoxia católica e o momento histórico iluminista português.

A última parte do livro monta um painel da cultura política e jurídica, em dimensões teóricas e práticas, como mostram os estudos de Laura de Mello e Souza, “D. Pedro de Almeida Portugal e a revolta de 1720 em Vila Rica”; de A. J. R. Russell-Wood, “Vassalo e soberano: apelos extrajudiciais de africanos e de indivíduos de origem africana na América portuguesa”; de Arno Wehling e Maria José Wehling, “Cultura jurídica e julgados do tribunal da Relação do Rio de Janeiro: a invocação da boa razão e o uso da doutrina. Uma amostragem”; de Maria Beatriz Nizza da Silva, “Um brasileiro nas malhas da Inquisição: o mineiro José Joaquim Vieira Couto e a Maçonaria”; e de Lúcia Maria Bastos P. Neves, “Corcundas e constitucionais: a cultura política no mundo luso-brasileiro.”

Todos os artigos, dentro de suas próprias análises, procuram mostrar como ocorreram e quais foram as principais conseqüências da infiltração da cultura portuguesa nas diferentes instituições do Brasil, enquanto Colônia. A partir disso, resta-nos a impressão de que a obra *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz* busca cuidadosa e metodologicamente a reconstrução histórica de processos culturais, políticos e institucionais. Parte, para tanto, da contribuição de estudiosos de várias nacionalidades que fazem da história do Brasil o seu domínio e o seu segundo lar.

Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz é, portanto, obra obrigatória e uma coletânea das melhores para a compreensão da história das tradições no Brasil.